

Atendimento Psicológico nas Enchentes do Rio Grande do Sul em 2024: Como Problematicar?

Psychological Care During the 2024 Floods in Rio Grande do Sul: How to problematicize?

Atención Psicológica Durante las Inundaciones de Río Grande del Sur en 2024: ¿Cómo problematicar?

Thales William Borges Lindenmeyer

Guilherme Ariel Tegnher

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, RS, Brasil

Resumo:

Este artigo busca investigar as condições de possibilidade de uma problematização da oferta de atendimentos psicológicos como resposta da categoria diante das enchentes de 2024 no Rio Grande do Sul. Para isso, o estudo se apoia em ferramentas teóricas e conceituais do campo da psicologia social crítica, compreendendo a problematização como o ato de pesquisar não apenas para construir respostas às questões levantadas, mas também para analisar as formações históricas que possibilitam tais questionamentos. Como desdobramento, o texto apresenta uma narrativa histórica e política daquilo que se configura como uma permanente emergência climática, tensionando o modo como o neoliberalismo frequentemente reduz a noção de cuidado a uma prática desarticulada das políticas sociais em saúde. Além disso, busca-se contribuir com questões para futuras pesquisas que pretendam abordar o tema sob a ótica da problematização.

Palavras-chave: Psicologia, atendimento psicológico, psicologia dos desastres, emergência climática.

Abstract:

This article seeks to investigate the conditions that enable a problematicization of the provision of psychological services as a response from the profession to the 2024 floods in Rio Grande do Sul. To this end, the study relies on theoretical and conceptual tools from the field of critical social psychology, understanding problematicization as the act of researching not only to construct answers to the questions raised but also to analyze the historical formations that make such inquiries possible. As a development, the text presents a historical and political narrative of what has become a constant climate emergency, challenging the way neoliberalism frequently reduces the notion of care to a practice disconnected from social health policies. Additionally, the study aims to contribute questions for future research that seeks to address the topic through the lens of problematicization.

Keywords: Psychology, psychological care, disaster psychology, climate emergency.

Resumen:

Este artículo busca investigar las condiciones que permiten una problematización de la oferta de atención psicológica como respuesta de la profesión ante las inundaciones de 2024 en Rio Grande do Sul. Para ello, el estudio se apoya en herramientas teóricas y conceptuales del campo de la psicología social crítica, entendiendo la problematización como el acto de investigar no solo para construir respuestas a las preguntas planteadas, sino también para analizar las formaciones históricas que posibilitan tales cuestionamientos. Como desarrollo, el texto presenta una narrativa histórica y política de lo que se ha convertido en una emergencia climática constante, cuestionando cómo el neoliberalismo frecuentemente reduce la noción de cuidado a una práctica desvinculada de las políticas sociales en salud. Además, el estudio busca contribuir con preguntas para futuras investigaciones que pretendan abordar el tema desde la perspectiva de la problematización.

Palabras-clave: Psicología, atención psicológica, psicología de los desastres, emergencia climática.

**O que pode uma psicologia em uma
emergência ou desastre?**

Oi, Fulana. Olha só: acabei de falar com o secretário de saúde, tá? A secretária de saúde do município me disse o seguinte: não é preciso pessoal de psicologia para atendimento psicológico neste momento, tá? Já falaram com o tal... esse “órgão” de vocês aí... Crea? Sei lá o quê que é. E não tá precisando gente pra atendimento psicológico. Então essa tua galera, se ela quer vir botar o braço nas roupa, na entrega de roupa, eles vêm pra cá. Se não, eles aguentam, seguram a onda, e tentam ver se tem essa necessidade de atendimento psicológico nos outros núcleos, que existem vários, tá? (Grupo de WhatsApp de Psicólogos, comunicação pessoal, maio de 2024).

Esse fragmento foi escrito inspirado em um áudio recebido no início de maio, que pareceu circular entre diferentes grupos

de psicólogos. Dividiu opiniões. Alguns profissionais, indignados, destacaram a grosseria do sujeito que falava, considerando que o grupo apenas tentava ajudar como podia. Outros, por sua vez, atentaram para o fato de que se tratava de uma expressão do território, uma recusa à oferta de escuta. De qualquer forma, o fragmento representa um pequeno registro das efervescências que atravessaram o Rio Grande do Sul, especialmente para os profissionais de psicologia que, de algum modo, respondem pelo ofício da escuta, do atendimento e do cuidado psicológico.

Inspirado na tensão evidenciada nesse relato, este artigo busca discutir algumas práticas discursivas da psicologia a partir das enchentes de 2024 no Rio

Atendimento Psicológico nas Enchentes do Rio Grande do Sul em 2024: Como Problematicar?

Grande do Sul. Para isso, toma-se como recurso analítico um modo de pesquisa fundamentado na problematização. Esse modelo de leitura, inspirado em momentos da trajetória de pesquisa de Michel Foucault (2003, 2010, 2014) e que será recuperado no delineamento da discussão, encontra sustentação nos esforços deste estudo devido à inserção da psicologia no campo das políticas sociais.

Contudo, ao situar o problema, apresenta-se uma narrativa histórica para recordar que o Rio Grande do Sul já foi cenário de um evento trágico que também dividiu a psicologia entre o trabalho com a escuta ou com a ação: o incêndio da Boate Kiss.

Em 27 de janeiro de 2013, o chamado “coração do Rio Grande” foi dilacerado por um ocorrido que, mesmo após uma década, ainda reverbera intensidades. Santa Maria continua reconhecida como “a cidade da Kiss”. Mapear os atingidos por esse incêndio em uma boate noturna ao longo desses anos não parece tarefa fácil. O que se encontra, entretanto, é a estimativa de mais de 600 feridos e 242 mortos (Siqueira & Vítora, 2019).

Um dos autores deste artigo foi bolsista em um projeto de pesquisa que

pretendia mapear a reorganização da rede de saúde mental na cidade após o incêndio. Entre as leituras dos registros de saúde e escutas dos profissionais que atuaram ativamente no processo, percebe-se um efeito curioso: documentos indicavam a existência de mais de 400 psicólogos voluntários. Embora esse número não tenha sido incluído em publicações do projeto, tal relato foi apresentado na presença de um professor que coordenou um serviço-escola naquela época. Sua resposta foi contundente:

Era uma legião do bem. Era tanta gente querendo fazer o bem que isso virou um problema. Faltava gente para entregar uma garrafa de água para uma mãe que perdeu o filho. A psicologia não podia fazer nada além disso naquele tempo. (Professor voluntário em serviço-escola, comunicação pessoal, 2024).

O que se observa, acompanhando o estudo de Dassoler (2020), é que a psicologia realizou inúmeras ações. Profissionais inseridos em diferentes níveis — municipais, estaduais e nacionais — desenvolveram práticas intersetoriais inéditas até então. Diluídos em equipes, atuando de forma quase anônima e

dispersos nos agenciamentos coletivos, esses profissionais colaboraram com órgãos como a Força Aérea Brasileira, a Defesa Civil e diversos conselhos profissionais.

Além disso, a rede de saúde mental foi gradualmente reorganizada por meio de ações contínuas entre secretarias municipais de Saúde, em conjunto com a secretaria estadual, coordenadas pela 4ª Coordenadoria Regional de Saúde e respondendo nacionalmente pela Força Nacional do Sistema Único de Saúde (FN-SUS) (Siqueira & Vítora, 2019).

O legado dessas ações permanece até hoje, evidenciado pela criação de protocolos e fluxos de cuidado em casos como os de Brumadinho e Mariana, além do desenvolvimento de um serviço exclusivo de Santa Maria: o Acolhe Saúde. Inicialmente concebido para atender à enorme demanda de saúde mental dos sobreviventes, familiares e amigos das vítimas, esse serviço expandiu-se como um dispositivo voltado para o acolhimento de emergências psicológicas (Dassoler, 2020).

Diante da magnitude e da complexidade desse trabalho, propõe-se um exercício imaginativo. Esses profissionais sem nome, que não reivindicam o status de heróis solitários, dificilmente reconheceram o atendimento psicológico gratuito como a principal prática que

poderiam oferecer. Certamente entregaram muitas garrafas de água e ajudaram na distribuição de roupas. Entretanto, a impressão de que a psicologia não poderia contribuir significativamente em um contexto como esse merece uma leitura mais cuidadosa.

A questão que se impõe é: por que contextos de emergência convocam a psicologia a antecipar a oferta de atendimentos psicológicos?

Em busca de meios de contas histórias sobre as enchentes

Com frequência, na seção de metodologia, encontram-se diversos esforços do autor para justificar algum tipo de procedimento anteriormente formalizado, quase como para demonstrar que aquilo que se propõe a fazer não é um delírio e que seu trajeto contou com a

orientação de pessoas que percorreram caminhos semelhantes. Os modos como o pesquisador anuncia seus procedimentos constituem, nesse sentido, a exterioridade do próprio ato de pesquisar. Contudo, a proposta aqui é inserir os procedimentos como parte intrínseca da pesquisa, produzindo uma zona cinza naquilo que poderia ser considerado a estrutura

Atendimento Psicológico nas Enchentes do Rio Grande do Sul em 2024: Como Problematicar?

tradicional de um escrito, isto é, introdução, metodologia, desenvolvimento, resultados e considerações finais.

Inserido no campo da psicologia social crítica e inspirado pelas discussões que a problematização, enquanto forma de análise, possibilita (Oliveira, Bleinroth & Silva, 2021), este estudo busca construir uma abordagem distinta, capaz de proliferar um modo disruptivo de fazer pesquisa. A intenção é apresentar alternativas críticas para repensar as políticas públicas na interface com a saúde mental, transformando a loucura e o delírio não apenas em objetos de estudo, mas em dispositivos que acompanham o processo de pesquisa e escrita. Dessa forma, em vez de anunciar quais procedimentos formais foram seguidos com precisão e antecedência para alcançar determinados resultados, a proposta inverte essa lógica. O percurso será narrado por meio de perguntas, encontros e desencontros, com o apoio de interlocutores vizinhos, autores e conceitos. O objetivo não é apenas afirmar o que já se sabe sobre a pesquisa, mas relatar a processualidade da construção de um campo de afetação a partir do qual emergem questões.

Na psicologia social, encontram-se autores e conceitos que sustentam uma

concepção de metodologia que coloca o percurso em primeiro plano e a “meta” em segundo. Com algumas ressalvas, pode-se afirmar que essa é uma das grandes contribuições do pensamento de Michel Foucault, na medida em que, ao longo de sua trajetória, ele lançou diferentes estratégias para a problematização do sujeito e do poder (Dreyfus & Rabinow, 2013). Essas estratégias, que variam conforme Foucault avança em sua jornada, parecem direcionadas à criação de procedimentos capazes de executar uma leitura dos efeitos da história sem recorrer a conceitos e noções endógenas dessa própria formação histórica. A proposta de um recuo, assim, pode ser considerada um caminho que coloca o pensamento em questão, desnaturalizando produções epistemológicas como dadas e suficientes para uma análise (Guareschi, Gonzales & Azambuja, 2014). Essa abordagem evidencia a preocupação em não excluir as condições de possibilidade que levaram à emergência do problema aqui discutido.

Nesse campo de questões, é pertinente recuperar o impacto das enchentes de 2024, que afetaram direta ou indiretamente diferentes pessoas. Dois homens atravessados pelo campo da psicologia, em tempos distintos de

formação, mas com o comum de terem cursado uma disciplina sobre neoliberalismo e gestão do sofrimento psíquico, inserida na articulação entre a graduação em Psicologia e a pós-graduação em Psicologia Social e Institucional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Nessa disciplina, foram debatidos temas relacionados a diversas noções do neoliberalismo, incluindo definições que circundam os processos de subjetivação como um recrudescimento da produção de corpos individuais responsáveis pela gestão de suas vidas como se fossem empresas (Neves, Ismerim & Brito et al., 2021). No âmbito dessa gestão, caberia uma ampla gama de práticas, muitas delas associadas à inserção no mundo do trabalho por meio de determinadas performances.

Nos contextos de pesquisa em que aparecem como operadores conceituais para a problematização, o efeito acima descrito é denominado, entre outras definições, como uma espécie de empreendedorismo de si (Guareschi, Gonzales & Azambuja, 2014). Essa noção reflete os efeitos das formações históricas que viabilizaram a emergência de uma racionalidade neoliberal, a ponto de gerar, como efeito de subjetivação, a concepção de si mesmo como uma empresa, isto é, internalizando conceitos e ferramentas

originalmente aplicados à organização do trabalho empresarial.

Ao considerar a problematização como substituta da metodologia tradicional, encontram-se recursos para afirmar a pesquisa como uma estratégia de produção de conhecimento que não apenas gera dados, mas também atua politicamente sobre e com aquilo que se pretende investigar. Inspiração é buscada nas construções teóricas sobre a política da narratividade no campo da saúde mental coletiva e da psicologia social.

A narratividade, acompanhando o trabalho de Melo (2015), pode ser compreendida como um paradigma de produção de conhecimento em saúde que contrapõe a lógica dos empreendedores de si, incidindo, portanto, na processualidade do ato de pesquisar. Essa produção, inserida em uma política de narratividade, toma como materialidade, em parte, as nuances entre o que é dito e o que é realizado em determinado contexto. Isto é, em alguma medida, opera-se com práticas discursivas que podem ou não ter vinculação com discursos e enunciados institucionais sobre saúde e saúde mental. No entanto, a narratividade não se restringe ao que um sujeito afirma em um dispositivo de pesquisa. Ela pode ser compreendida como um modo de delimitar as formações

Atendimento Psicológico nas Enchentes do Rio Grande do Sul em 2024: Como Problematicar?

históricas e sua incidência nos processos de subjetivação, ou seja, na modulação dos modos de existência em transformação (Lindenmeyer, 2024).

Abordar a política de narratividade como uma ferramenta crítica de investigação de um jogo de forças exige uma série de cuidados, e não há pretensão de anunciar que todas as medidas necessárias para esse cuidado foram tomadas. Com isso, evidencia-se que a processualidade do pesquisar adquire caráter de conjunto aberto, com a intenção de transformar o próprio cenário de escrita em um laboratório de repetição de experimentações. A escrita seria esse meio pelo qual se busca desenhar contornos e levantar perguntas sobre as condições de possibilidade de emergência de problemas, ou mesmo da ausência destes, no campo da saúde mental coletiva e da psicologia social. A escrita seria, também, um modo de construir e reconstruir o vivido no contexto das enchentes e em seu atravessamento com o trabalho da psicologia, tomando a cena do “botar o braço na roupa” como orientador para a produção de um dispositivo de pesquisa.

Pode-se conjecturar, com o exposto anteriormente, que a noção de experiência tem especial importância para este escrito.

Isso porque o termo pode levar a uma série de confusões, concentradas na concepção rápida de que experiência se trata da vivência individual de alguém em determinado contexto, confundindo-se, assim, com uma biografia (Foucault, 2003). Contudo, e levando em conta que mesmo o conceito de biografia levaria a inúmeras reflexões, a experiência aqui abordada não pode ser tratada como um conteúdo a ser destrinchado em minúcias de uma descrição objetiva, mas sim como a construção de uma tessitura cujas linhas são históricas, sociais, políticas, éticas e subjetivas (Parpinelli & Fernandes, 2011). Assim, não poderia ser considerada como derivada de um indivíduo, mas como sinais de processos de subjetivação que atravessam a existência e que revelam, mesmo de formas não discursivas, os efeitos do poder no governo de si e dos outros.

Para enfrentar a complexidade da noção de experiência, a influência de Walter Benjamin (Benjamin, 2012) é central, sobretudo nos momentos em que se pode notar, no autor, uma crítica ao modo como a modernidade se relaciona com a contação de histórias e com a experiência. Com Benjamin, pode-se refletir sobre como as forças produtivas incidiram de maneira a

reduzir a possibilidade de manufatura de uma experiência, priorizando a reprodução de informações objetivas, precisas e descorporificadas. Esses acontecimentos sem corpo e deslocados de suas espacialidades geram um fechamento para a compreensão daquilo que se vive e, em consequência, obstruem a possibilidade de uma experiência.

Os efeitos das enchentes não estão distantes dessa lógica, como se pode conjecturar, por exemplo, ao observar a imensa cobertura midiática dos eventos e o modo como o Rio Grande do Sul, especialmente Porto Alegre, ainda parece não ter encontrado condições efetivas para, tal qual os sobreviventes de outros desastres histórico-climático-ético-políticos, narrar aquilo que lhe aconteceu.

No movimento de primeiro encontrar uma voz coletiva de enunciação, para somente depois passar à formulação do discurso, a aposta é de que a noção de experiência se relaciona com os agenciamentos coletivos de enunciação e com a produção de uma memória coletiva. Opera-se, assim, no limiar entre o que pode ser escrito e a crítica que se estabelece sobre os processos históricos que evidenciam o jogo de forças, o exercício do poder e a dominação de certos corpos sobre outros.

Ao enfatizar a experiência como algo que se dá pelas e nas relações de poder, afirma-se, ao mesmo tempo, que a experiência é produzida pelas forças de estruturas sociais, pelas contingências históricas e institucionais e, em especial, pelo modo como o campo da psicologia e da saúde mental coletiva se inseriram no contexto das enchentes, produzindo um sujeito da saúde mental que precisa ser cuidado com urgência.

A materialidade da narrativa que será apresentada a seguir foi constituída por meio de uma série de escritos em formato de diário de campo. Esses diários foram registrados em plataformas digitais, tais como Google Docs, Word Online e WhatsApp, sem direção ou objetivos predefinidos. Após um percurso de leitura e na processualidade da escrita como laboratório, onde se ensaiou a procura de uma voz capaz de dizer “nós”, esses traços de vivências diárias foram organizados em uma narrativa histórica.

A primeira parte abre este escrito como um registro dos efeitos do que foi possível escutar sobre a atuação da psicologia nos abrigos. O texto busca dialogar com acontecimentos históricos que podem revelar algo sobre as condições de possibilidade da emergência dos atendimentos sociais individuais gratuitos.

Atendimento Psicológico nas Enchentes do Rio Grande do Sul em 2024: Como Problematicar?

Por fim, adentra outro campo de intensidades, de caráter mais poético e lírico, que diz sobre as afetações que aqueles atingidos pelas enchentes de maio de 2024 foram forçados a atravessar.

Sobre as experiências em desastres

O contexto de desastres e emergências, especialmente no que se refere às crises climáticas e políticas, tem colocado os psicólogos diante de desafios complexos. Em situações como as enchentes de maio de 2024, por exemplo, os profissionais não estão apenas envolvidos na gestão do sofrimento coletivo, mas também em uma constante autoconvocação para abrigos e outros locais afetados, com o objetivo de oferecer apoio psicológico imediato. Esse cenário reflete uma realidade na qual os atendimentos individuais gratuitos ganham destaque como a principal atividade desses profissionais, sendo, muitas vezes, o recurso imediato para a população afetada por crises emergenciais.

A oferta do atendimento individual gratuito não é um reflexo isolado dos desastres naturais, mas está intrinsecamente relacionada a um cenário político e econômico mais amplo (Campos, 1997). A

Reforma Trabalhista, concretizada pela Lei 13.467/2017, enfraqueceu dispositivos de proteção ao trabalhador e, consequentemente, impactou a relação entre empregador e empregado. A informalidade no mercado de trabalho cresceu, e a prestação de serviços autônomos, mediada por plataformas digitais, tornou-se uma solução para muitos profissionais. Esse movimento, que por vezes se confunde com uma necessidade de “gestão de imagem”, também influencia a atuação de psicólogos, que se veem obrigados a criar uma presença atrativa nas redes sociais para captar clientes ou pacientes. Esse processo de construção de um portfólio é impulsionado pela busca de visibilidade e pela necessidade de manutenção de uma agenda profissional frente ao cenário de incertezas.

Além disso, a redução de recursos destinados à Rede de Atenção Psicossocial e a crescente privatização das políticas de saúde mental, iniciada após 2016, também desempenham um papel fundamental nesse processo. O enfraquecimento das políticas públicas no campo das drogas, com a precarização dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) e o aumento das comunidades terapêuticas, é um exemplo evidente desse movimento privatizante, que

afeta diretamente a atuação dos psicólogos. A transição para modelos de atendimento cada vez mais individualizados e vinculados ao mercado privado reflete a pressão para que os profissionais se adaptem a uma lógica neoliberal, na qual a oferta de serviços, como atendimentos gratuitos, torna-se uma das formas de legitimidade e sobrevivência.

Essa mudança de contexto e a adaptação dos psicólogos às novas demandas impõem uma reflexão sobre o papel do atendimento individual gratuito. Embora essa prática seja uma forma de responder às necessidades imediatas da população em emergências, ela também reflete as tensões e inseguranças provocadas pelas mudanças no cenário político e econômico. Em um ambiente no qual as políticas públicas de saúde mental estão sendo progressivamente desmanteladas e substituídas por iniciativas privadas, os psicólogos se veem cada vez mais compelidos a oferecer atendimentos gratuitos, como uma forma de resistência e de afirmação do compromisso com a população, mas também como uma estratégia de inserção no mercado de trabalho imposto pelas circunstâncias. A pergunta que se coloca, portanto, é: como esse movimento, que busca corresponder às exigências privatizantes, pode ser

conciliado com o compromisso ético e social da profissão, especialmente em contextos de crise e vulnerabilidade?

Essa pergunta, contudo, ao mesmo tempo em que é elaborada, também evidencia uma amarga ingenuidade. A inocência parece residir na ocultação dos processos históricos que inauguraram a psicologia no país. É sabido que a profissão teve seu percurso marcado pela prestação de serviço clínico individual e privado para as classes médias e as elites econômicas (Amarante, 2015). A mudança de clientela não ocorreu por uma iluminação social de que aos pobres caberia também o trabalho do psicólogo, mas por uma série de consequências decorrentes do fracasso do assim chamado “milagre econômico”, que, entre outras implicações, levou ao empobrecimento dos pacientes que antes poderiam pagar pelas sessões e forçou a psicologia a se associar a discussões sobre a relevância social da profissão. Nesse sentido, o exército de mão de obra desamparada que hoje se observa nas redes sociais, gestando seus perfis profissionais, não constitui uma novidade absoluta, pois a categoria já enfrentou um primeiro êxodo que a conduziu às políticas sociais.

Tendo em vista as condições apresentadas, serão expostas duas experiências no campo dos desastres

Atendimento Psicológico nas Enchentes do Rio Grande do Sul em 2024: Como Problematicar?

relacionados às enchentes de maio de 2024 no estado do Rio Grande do Sul. Cada experiência, a seu modo, pode servir de reflexão sobre a atuação da psicologia em desastres. Não há intenção de fornecer respostas definitivas sobre essa prática, mas sim de problematizar e abrir espaço para novas reflexões e possibilidades de atuação que, ainda que pouco frequentes, são tão necessárias quanto qualquer outro atendimento de emergência.

Sobre os caminhos tortuosos de um estágio

O estado do Rio Grande do Sul sofreu uma de suas maiores tragédias em décadas neste ano. Os autores deste artigo tiveram, cada um a seu modo, experiências em cidades diferentes afetadas pela enchente. Em São Leopoldo, a sorte esteve ao lado do graduando, que não teve seu bairro diretamente atingido. Seu contexto de homem branco cis, pertencente à classe trabalhadora, permitiu que seu lar permanecesse intacto, mas a cidade onde trabalha, Canoas, sofreu impactos significativos.

A iniciativa de organizar o corpo de funcionários e estagiários para atuar na linha de frente da emergência nos abrigos

surgiu simultaneamente tanto da Secretaria de Saúde quanto da Fundação de Saúde da cidade. O foco dessa intervenção foi a realização de escutas iniciais e o encaminhamento para serviços especializados, quando necessário.

A atuação começou com uma equipe reduzida, uma vez que muitos profissionais enfrentaram dificuldades para se deslocar até São Leopoldo, vindos de outras cidades. As estradas ainda estavam bloqueadas e, nas duas primeiras semanas, não havia um corredor humanitário, que só seria estabelecido posteriormente. Todos os serviços de saúde mental se reuniram em uma sede improvisada para organizar as equipes do dia, inicialmente instalada na sede do Samu de São Leopoldo, atrás do Hospital Centenário. Esse espaço improvisado mudaria mais duas vezes, permitindo que os profissionais da enfermagem se dividissem entre o atendimento emergencial dessas equipes e a realocação de pacientes no hospital.

Durante um mês de atuação intensa e instável, refletiu-se sobre os limites e possibilidades da psicologia em contextos de emergência. A urgência não estava necessariamente ligada apenas à enchente, mas a um contexto de vulnerabilidade que

se perpetua há décadas e atinge amplas parcelas da população.

Diante disso, ao considerar a psicologia em casos de emergência, é fundamental levar em conta os múltiplos aspectos pré e pós-desastre. Essa abordagem exige o enfrentamento de um cenário de avanço neoliberal, crescente precarização dos serviços públicos, redução de direitos e negligência intencional por parte de governantes.

Foi com essas questões em mente que se buscou intervir em situações de emergência. As histórias de vulnerabilidade e precariedade testam limites e convicções, além de suscitar reflexões sobre o papel do psicólogo. Pequenos conflitos foram observados entre o ente público, representado pela Secretaria de Saúde, e o ente privado, representado pela Fundação de Saúde da cidade.

Os recursos disponibilizados ficaram aquém do necessário para esse tipo de trabalho, o que, diante do caos inesperado do evento, era compreensível. Ainda assim, as demandas das pessoas afetadas eram diversas, e os conflitos nos abrigos se tornaram frequentes, aumentando os desafios impostos à psicologia. Em muitos casos, a presença de indivíduos com transtornos mentais, considerados desviantes, gerava reações de

intolerância e rejeição por parte dos demais abrigados.

Uma situação particularmente delicada envolveu um autista transgênero que expressava insatisfação com as condições do abrigo. Sem estrutura mínima para atender suas necessidades específicas, acabou sendo alvo de hostilização.

Outro caso envolveu uma menina que apresentava episódios de enurese e encoprese. A coordenação do abrigo, juntamente com outros abrigados, começou a hostilizá-la, levando ao acionamento do Conselho Tutelar. Durante a intervenção itinerante, no momento da visita ao abrigo, a equipe foi interpelada a encontrar soluções para ela e sua mãe, que apresentava indícios de depressão. Após essa experiência, tornou-se evidente que a psicologia e a saúde mental muitas vezes são acionadas não para promover o bem-estar, mas para fornecer mecanismos que favorecem um processo de normalização daqueles que sofrem.

Esse relato reflete a necessidade da psicologia em cenários como esse para provocar tensão e criar fissuras. Em meio a um processo evidente de tentativa de normalização e domesticação dos corpos, mesmo em desastres e situações de desagregação, torna-se ainda mais claro o papel da psicologia em

Atendimento Psicológico nas Enchentes do Rio Grande do Sul em 2024: Como Problematicar?

possibilitar que esses sujeitos falem a partir de sua singularidade, compreendendo os atravessamentos sociais que os afetam.

Considerações

Recuperando a discussão sobre a atuação da psicologia no contexto das enchentes no Rio Grande do Sul, os estudos realizados buscaram problematizar a forma como se construiu uma discursividade em torno de um sujeito psicológico da emergência climática. A problematização, inspirada nos efeitos da leitura do trabalho de Michel Foucault, privilegiou a experiência dos pesquisadores como materialidade da pesquisa, transitando entre tentativas de constituição de uma narrativa histórica e a descrição dos efeitos nos corpos afetados pelas enchentes, que se dispuseram a escrever.

A partir dessas metodologias, foi possível observar, ou melhor, escutar nos discursos e experiências analisados que a oferta de atendimentos individuais como resposta dos profissionais apresenta ao menos dois grandes problemas: trata o sofrimento mental como uma urgência que antecipa a demanda dos territórios e reforça uma ética profissional errática e desconectada das prerrogativas das

políticas sociais em saúde. Além disso, tais respostas não decorrem simplesmente de uma falta de compromisso do psicólogo com a complexidade de sua atuação, mas constituem efeitos das diversas e sucessivas ofensivas neoliberais contra o trabalhador brasileiro.

Os resultados e discussões evidenciam os desafios e impasses que o Rio Grande do Sul enfrentará em seu processo de recuperação, que, ao menos nesta leitura, parece ser também uma reconstrução subjetiva. Subjetiva não no sentido de uma interioridade fechada e autorreferenciada, mas forjada na tessitura do social, na interação com o outro, com a cidade, com as formas de lidar com as próprias ações e com as ações dos outros, além da disputa por alguma noção de cuidado em saúde mental.

Com os esforços empreendidos neste estudo, busca-se contribuir para a problematização da atuação da psicologia em contextos de emergências climáticas. Tal problematização ocorreu principalmente ao tomar a experiência dos pesquisadores como ponto central da análise. A intenção foi construir, ao mesmo tempo em que se critica a oferta de atendimento individual, uma estética de pesquisa que também tensiona o que

poderia parecer uma experiência individual, apontando, na verdade, para a coletividade do que foi vivido e sentido. No entanto, as limitações do artigo residem justamente naquilo que se propõe problematizar.

Em estudos futuros, seria pertinente explorar essa abordagem investigativa não com o objetivo de acompanhar a implementação das políticas públicas e verificar sua eficácia no cotidiano, mas de colocar em questão as condições de possibilidade para a emergência dessas políticas. Dessa forma, tais estudos poderiam se concentrar na construção de uma materialidade mais ampla do que as experiências registradas, analisando documentos e condutas formuladas em resposta a essa crise climática e buscando identificar que noção de sujeito está sendo produzida e quais condutas são prescritas para esse sujeito. Para este escrito, no entanto, esboça-se uma possível denominação: um sujeito psicológico refugiado climático.

Referências

- Amarante, P. D. C. (2015). *Loucos pela vida: A trajetória da reforma psiquiátrica no Brasil* (2a. ed. rev. e aum.). Editora Fiocruz.
- Benjamin, W. (2012). O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In *Obras escolhidas, ensaios sobre literatura e história da cultura* (pp. 213-241). Editora Brasiliense.
- Campos, G. W. A. (1997). *A clínica do sujeito: Por uma clínica reformulada e ampliada*. DMPS/UNICAMP.
- Dassoler, V. A. (2020). Suporte emergencial à crise como proposta de intervenção clínica no campo da saúde mental: Uma contribuição da psicanálise (Tese de doutorado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Psicologia.
- Dreyfus, H., & Rabinow, P. (2013). *Michel Foucault: Uma trajetória filosófica: Para além do estruturalismo e da hermenêutica* (2a. ed.). Forense Universitária.
- Foucault, M. (2003). *História da sexualidade I: A vontade de saber* (15a ed.). Graal.
- Foucault, M. (2010). *História da sexualidade III: O cuidado de si*. Graal.
- Foucault, M. (2014). *A ordem do discurso: Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970* (24a ed.). Edições Loyola.
- Guareschi, N., Lara, L., Gonzales, Z., & Azambuja, M. (2014). O pensamento de Foucault na pesquisa em ciências humanas: Sujeito, governo e verdade. In S. Hüning (Org.), *Foucault e a psicologia na produção de conhecimento* (pp. 87-106). EDIPUCRS.

Atendimento Psicológico nas Enchentes do Rio Grande do Sul em 2024: Como Problematicar?

Lindenmeyer, T. (2024). Experiência e produção de conhecimento na Gestão Autônoma da Medicação: uma análise da relação saber-poder em saúde mental no contexto da pesquisa GAM-RS. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social e Institucional) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

Melo, J. (2015). *A política de narratividade entre a pesquisa e a clínica: relato de uma experiência com a Gestão Autônoma da Medicação* (Tese de Doutorado em Psicologia). Departamento de Psicologia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, Rio de Janeiro, Brasil. http://slab.uff.br/wp-content/uploads/sites/101/2021/06/2015_t_JorgeMelo.pdf

Neves, A., Ismerim, A., & Brito, B. et al. (2021). A psiquiatria sob o neoliberalismo: Da clínica dos transtornos ao aprimoramento de si. In V. Safatle, N. da Silva Júnior, & C. Dunker (Orgs.), *Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico* (pp. 125-174). Autêntica.

Oliveira, E. C. S., Bleinroth, M. L. M., & Silva, Y. M. (2021). Desobediências epistêmicas e pesquisas monstruosas em psicologia social. In L. R. Cruz et al. (Org.), *Interrogações às políticas públicas sobre travessias e tessituras do pesquisar* (pp. 13-32). Editora da Abrapso.

Parpinelli, R. S., & Fernandes, S. L. (2011). Subjetivação e psicologia social: Dualidades em questão. *Fractal*,

Revista de Psicologia, 23(1), 191-204. DOI:

<https://doi.org/10.1590/S1984-02922011000100013>

Siqueira, M. D. de, & Vitoria, C. G. (2019). Na sequência da tragédia: sofrimento e a vida após o incêndio da Boate Kiss. *Antropolítica - Revista Contemporânea De Antropologia*, (44). DOI: <https://doi.org/10.22409/antropolitica2018.0i44.a41807>

Thales William Borges Lindenmeyer:
Mestre e doutorando em Psicologia Social e Institucional na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. (UFRGS).
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3441-4821>
Email: thales.lindenmeyer@gmail.com

Guilherme Ariel Tegnher:
Graduando em Psicologia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. (UFRGS).
ORCID: <https://orcid.org/0009-0007-5163-7414>
Email: arieltegnher@gmail.com

Submetido em: 09/03/2025

Aceito em: 10/03/2025

Contribuição dos autores:

Concepção: T.W.B.L.; G.A.T.
Coleta: T.W.B.L.; G.A.T.
Redação do manuscrito: T.W.B.L.; G.A.T.
Análise dos dados: T.W.B.L.; G.A.T.
Revisão e edição: T.W.B.L.; G.A.T.

Financiamento: Através de fomento da bolsa de doutorado fornecida pela

Coordenação de Aperfeiçoamento de
Pessoal de Nível Superior (Capes).
